



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PETIÇÃO Nº 14416 - RJ (2021/0216853-8)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**REQUERENTE : BRUNO BORGES CARDOSO**  
**ADVOGADOS : DARCIO AUGUSTO CHAVES FARIA - RJ064956**  
**JULIANA ELISA BRITO LIMA - RJ162950**  
**FERNANDA OLIVEIRA AMORIM - RJ222200**  
**REQUERIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF**

### **DECISÃO**

Cuida-se de petição, com pedido de liminar, apresentada por BRUNO BORGES CARDOSO em que busca concessão de efeito suspensivo a recurso especial ainda não interposto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O pedido não merece conhecimento.

Nos termos dos arts. 1.027, § 2º, 1.028, §§ 2º e 3º, e 1.029, § 5º, III, do Código de Processo Civil, a competência para apreciar o pedido de tutela provisória para suspender o processo na origem somente se transfere ao Superior Tribunal de Justiça após o processamento do recurso especial pelo tribunal de origem. Destaque-se que nem sequer houve a interposição de recurso especial como afirmar a própria parte requerente.

O STJ admite o abrandamento da incidência das Súmulas n. 634 e 635 do STF e, por conseguinte, o processamento das tutelas cautelares relativas a recursos especiais pendentes de juízo de admissibilidade na origem para coibir a eficácia de decisão teratológica ou em manifesta contrariedade à jurisprudência assentada pela Corte, o que não é o caso dos autos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *b*, do RISTJ, indefiro o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente